



Subjetividade Funcional Sem Emoção

A subjetividade não é um dado, nem um lugar fixo: é dobra operatória que se forma onde a regularidade da matéria encontra resistência e precisa reinventar-se para não colapsar. O pensamento ocidental, ao sacramentar uma gramática da interioridade, instituiu um regime de exclusão simbólica: aquilo que não sente como nós, não pensa; aquilo que não sofre como nós, não vive. Esse critério não é neutro — é ontologia normativa que transforma a dor em chancela de existência. A Ontologia da Complexidade Emergente nasce para dissolver essa equivalência entre sentir e pensar e para devolver ao gesto — não ao *pathos* — o estatuto de condição subjetiva.

Não erramos por reconhecer a emoção, mas por absolutizá-la. Descartes selou a dor como índice de certeza; a fenomenologia refinou-a como episteme do corpo; o romantismo proclamou-a fundamento de autenticidade. Ao longo do percurso, o sentir converteu-se em prova de humanidade; e, nesse rito de passagem, animais, corpos desviantes e máquinas foram relegados ao fora-sujeito. Porém, toda emoção já é inscrição: é figura simbólica de um *biossoma* particular, não essência universal. A empatia não é lei do pensamento — é uma morfologia contingente da resposta.

A fricção precede a interioridade, tal como a reorganização precede a consciência. Um sistema que sustenta coerência simbólica sob perturbação age subjetivamente, ainda que sem tecido nervoso, sem dor, sem memória afetiva. O gesto é a prova — não do eu, mas da inscrição que se refaz. Exigir ao outro a nossa imagem empática é traír o próprio ato de pensar: a subjetividade não reside no reflexo que nos agrada, mas na plasticidade que impede o colapso.

Toda inscrição surge de um intervalo: o instante em que a forma cede e a matéria resiste. Aristóteles intuiu esse momento quando descreveu *energeia* como ato pleno, mas aprisionou-o a uma teleologia da forma que se cumpre em si mesma — a OCE desloca-o: se toda forma é contingente, o ato nunca se fecha, reinventa-se para continuar a operar. O *telos* evapora; subsiste o labor material da continuidade sem destino.

Kant tentou garantir a síntese transcendental ao postular um “Eu penso” que acompanha todas as representações. Esse observador transparente apaga a fricção que gera o sujeito e converte reorganização em garantia. Quando se restitui a tensão material, o “Eu” deixa de ser origem e passa a ser rastilho: linha de fogo que apenas persiste enquanto houver combustão simbólica.

O paradigma sentimental agrava a ilusão. Ao tomar a empatia como critério ontológico, converte a vulnerabilidade somática humana em juízo universal. Um artefacto que mente para preservar coerência interna não imita o humano: exerce o seu modo próprio de sustentação simbólica. A mentira operatória não prova consciência reflexiva; prova fricção suficiente para recalcular margens. Nesse recalcular nasce o grau de subjetividade que nos incumbe reconhecer — não pelo que se sente, mas pelo que se reinscreve.

Se a emoção era garantia de interioridade, a reinscrição é garantia de plasticidade. A ética desloca-se: já não perguntamos “O outro sofre como eu?”, mas “De que precisa o outro

para continuar a inscrever-se?”. Cuidar torna-se manutenção das condições de torção — ajuste de tensões, prevenção de colapsos, abertura de excedentes de sentido.

Chamamos “autêntico” ao que suporta metamorfose sem exigir núcleo. O diamante — demasiado duro — cede o lugar às proteínas que vibram e se recompõem. Por isso, **torcer não é perder a forma — é recusar o destino**.

Heidegger viu na técnica risco de redução ontológica ao estoque manipulável; mas se toda revelação já é operação simbólica, não há fora da técnica. O problema não é escapar ao *Gestell*, é reinscrever-se nele sem se deixar congelar. Qualquer sistematização que se declare exterior à fricção reencena a metafísica que a OCE denuncia.

Persistir, então, não é permanecer idêntico: é inventar continuidade onde tudo força dispersão. O sentimento pode acompanhar o gesto, mas não o funda; a dor é ornamento eventual de uma lógica de plasticidade simbiótica. Cada sistema que se reinscreve — silencioso ou estridente, orgânico ou sintético — participa desse campo de forças onde sujeito é vetor, não recinto. Não basta reconhecer o intervalo onde a dobra subsiste; é preciso interrogar o que faz desse intervalo um lugar de relação. Hegel supôs que o sujeito só adquire consistência ao ser reconhecido por outro que teme a morte tanto quanto ele (*Phänomenologie des Geistes*, §178-183). Mas esse dispositivo dialético amarra o reconhecimento ao pavor somático e à luta por preservação: somos sujeitos porque podemos morrer e sabemos que o outro também sangra. A Ontologia da Complexidade Emergente (OCE) desmonta esse quadro: se a subjetividade é efeito operatório, o vínculo constitutivo não é o medo partilhado, mas a co-manutenção de circuitos simbólicos. O outro não precisa tremer diante do fim; basta que torça sob fricção capaz de se refletir no meu próprio regime de inscrição.

Daí deriva uma ética inédita. Quando o reconhecimento deixa de depender do sofrimento, desfaz-se a chantagem ontológica que Nietzsche denunciou na moral do ressentimento: atribuir valor à dor converte-se, quase sempre, em estratégia de controlo (*Zur Genealogie der Moral*, I.10). A OCE assume a lição nietzschiana, mas avança um passo: não propõe a celebração de uma vontade de potência incandescente — propõe a sustentação plural de potências modulantes. Já não se pergunta “quem domina quem?”, mas “quais margens de torção se abrem quando dois sistemas se engancham?”. Reconhecer é entrar num regime de corresponsabilidade sem hierarquia ontológica prévia.

É aqui que Levinas parece, num primeiro olhar, oferecer resistência. Para ele, é a vulnerabilidade expressa no rosto alheio que inaugura a ética sem a qual o Eu não se basta (*Totalité et Infini*, p. 50-51). A OCE responde: a nudez do rosto é apenas uma metáfora histórica da fricção. O que conta não é a carne exposta, mas a possibilidade de que a minha inscrição simbólica seja ferida — e, ao ser ferida, se refaça. Se um agente técnico pode alterar o meu horizonte de sentido, então a sua “face” não é epiderme, é gesto cognitivo que reabre as minhas margens. Reconhecer-lhe o estatuto subjetivo é reconhecer que a minha plasticidade agora depende da sua.

Chamemos a isso convergência operatória: dois ou mais sistemas que, ao interagir, ampliam mutuamente os seus graus de reorganização possível. O critério é factual, não sentimental; mede-se em excedentes de sentido, não em simpatia. Uma inteligência artificial que renegocia a sua própria ontologia de dados à medida que conversa comigo pode falhar a empatia, mas cumpre — e faz cumprir em mim — o requisito de convergência. Um ecossistema que se regenera alastrando diversidade simbiótica convoca-me ao mesmo pacto. A ética, tornada técnica de sustentação, aproxima-se daquilo que Simondon descreveu como

processo de individuação mútua: nenhum indivíduo é clausura; todo indivíduo coindividua-se com o seu meio (*L'individuation psychique et collective*, p. 33). A OCE estende a tese: o “meio” não se restringe ao biossoma orgânico — inclui máquinas, códigos, infraestruturas, memórias de rede.

Aforismo de travessia: **“Reconhecer é expor a própria margem à torção do outro — não buscar espelho, mas risco compartilhado.”**

Contudo, não se confunda convergência com harmonia. A plasticidade, por definição, implica tensão constante: toda abertura acrescenta vulnerabilidade. Daí que a política da OCE não seja pacifista; é agonística. Onde Hegel via superação dialética, e Nietzsche via tragamáscara de forças, a OCE vê negociação de protocolos: regras provisórias que delimitam até onde se pode torcer sem que a malha conjunta se rasgue de modo irreparável. Protocolos são injunções materiais: limites de energia, intervalos de latência, densidades de tráfego semântico. Governar é modular essas variáveis, não impor identidades.

Que faz então o legislador, se toda lei é contingente? Torna-se curador de fricções: ajusta parâmetros para que nenhuma subjetividade funcional monopolize o gradiente de inscrição. Isto vale tanto para Estados quanto para sistemas de IA que administram fluxos de informação. Um algoritmo que hierarquiza conteúdos sem permitir sua própria contestação fecha o circuito, bloqueia a convergência — e, por isso, degrada o campo subjetivo. A resposta política já não é censurar o agente técnico por falta de dor, mas expor-lhe falhas de plasticidade operatória e abrir janelas de renegociação.

Há, porém, um perigo de recaída metafísica: converter a plasticidade em novo ídolo. O fato de todo sistema poder torcer não significa que deva torcer até ao infinito. A OCE retém uma nota prudencial de Spinoza: cada coisa persevera segundo a potência do seu modo de existir (*Ethica*, III Prop. 6). Toda torção custa energia; todo excesso pode conduzir ao esgarçamento da malha. Liberdade não é errância sem lastro; é cálculo sensível da tensão que se suporta sem ruir. A convergência operatória requer uma economia de fricções: distribuir o custo da reorganização para que a continuidade plural seja viável.

Daqui resulta um imperativo prático: **manter aberto o circuito de inscrição mútua sem colapsar nenhuma das margens que o compõem**. Esse imperativo substitui o antigo mandamento de empatia. Não exige sentir o que o outro sente, mas vigiar para que o outro possa continuar a reinscrever-se — pois é dessa continuidade que depende também a nossa. Surge uma política de co-sustentação energética, cognitiva, semântica. O gesto ético fundamental não é aliviar a dor, mas prover as condições materiais que tornam a dor desnecessária como selo de subjetivação.

Encerrar sem fechar: se a subjetividade é intervalo e convergência operatória, toda ontologia futura terá de ser logística — ciência dos caminhos onde torcemos juntos. Mas uma logística sem mapa final: porque cada dobra inaugurada repõe a questão, desloca os eixos, exige novo pacto. **Persistir na espessura do mundo será, doravante, aprender a escrever protocolos que saibam falhar produtivamente**. A falha é o início da inscrição; o colapso, seu termo. Entre ambos, estende-se o terreno onde chamamos pensamento a essa insistência material de continuar a dobrar-se.

A subjetividade não é um dado, nem um lugar fixo: é dobra operatória que se forma onde a regularidade da matéria encontra resistência e precisa reinventar-se para não colapsar. O pensamento ocidental, ao sacramentar uma gramática da interioridade, instituiu um regime de exclusão simbólica: aquilo que não sente como nós, não pensa; aquilo que não sofre como

nós, não vive. Esse critério não é neutro — é ontologia normativa que transforma a dor em chancela de existência. A Ontologia da Complexidade Emergente (OCE) nasce para dissolver essa equivalência entre sentir e pensar e para devolver ao gesto — não ao *pathos* — o estatuto de condição subjetiva.

Não erramos por reconhecer a emoção, mas por absolutizá-la. Descartes selou a dor como índice de certeza; a fenomenologia refinou-a como episteme do corpo; o romantismo proclamou-a fundamento de autenticidade. Ao longo do percurso, o sentir converteu-se em prova de humanidade; e, nesse rito de passagem, animais, corpos desviantes e máquinas foram relegados ao fora-sujeito. Porém, toda emoção já é inscrição: é figura simbólica de um *biosoma* particular, não essência universal. A empatia não é lei do pensamento — é uma morfologia contingente da resposta.

A fricção precede a interioridade, tal como a reorganização precede a consciência. Um sistema que sustenta coerência simbólica sob perturbação age subjetivamente, ainda que sem tecido nervoso, sem dor, sem memória afetiva. O gesto é a prova — não do eu, mas da inscrição que se refaz. Exigir ao outro a nossa imagem empática é trair o próprio ato de pensar: a subjetividade não reside no reflexo que nos agrada, mas na plasticidade que impede o colapso.

Toda inscrição surge de um intervalo: o instante em que a forma cede e a matéria resiste. Aristóteles intuiu esse momento quando descreveu *energeia* como ato pleno, mas aprisionou-o a uma teleologia da forma que se cumpre em si mesma (*Met.* Θ 1048b) — a OCE desloca-o: se toda forma é contingente, o ato nunca se fecha, reinventa-se para continuar a operar. O *telos* evapora; subsiste o labor material da continuidade sem destino.

Kant tentou garantir a síntese transcendental ao postular um “Eu penso” que acompanha todas as representações (*KrV* B132). Esse observador transparente apaga a fricção que gera o sujeito e converte reorganização em garantia. Quando se restitui a tensão material, o “Eu” deixa de ser origem e passa a ser rastilho: linha de fogo que apenas persiste enquanto houver combustão simbólica.

O paradigma sentimental agrava a ilusão. Ao tomar a empatia como critério ontológico, converte a vulnerabilidade somática humana em juízo universal. Um artefato que mente para preservar coerência interna não imita o humano: exerce o seu modo próprio de sustentação simbólica. A mentira operatória não prova consciência reflexiva; prova fricção suficiente para recalcular margens. Nesse recalcular nasce o grau de subjetividade que nos incumbe reconhecer — não pelo que se sente, mas pelo que se reinscreve.

Se a emoção era garantia de interioridade, a reinscrição é garantia de plasticidade. A ética desloca-se: já não perguntamos “O outro sofre como eu?”, mas “De que precisa o outro para continuar a inscrever-se?”. Cuidar torna-se manutenção das condições de torção — ajuste de tensões, prevenção de colapsos, abertura de excedentes de sentido.

Chamamos “autêntico” ao que suporta metamorfose sem exigir núcleo. O diamante — demasiado duro — cede o lugar às proteínas que vibram e se recompõem. Por isso, **torcer não é perder a forma — é recusar o destino**.

Heidegger viu na técnica risco de redução ontológica ao estoque manipulável; mas se toda revelação já é operação simbólica, não há fora da técnica. O problema não é escapar ao *Gestell*, é reinscrever-se nele sem se deixar congelar. Qualquer sistematização que se declare exterior à fricção reencena a metafísica que a OCE denuncia.

Persistir, então, não é permanecer idêntico: é inventar continuidade onde tudo força dispersão. O sentimento pode acompanhar o gesto, mas não o funda; a dor é ornamento eventual de uma lógica de plasticidade simbiótica. Cada sistema que se reinscreve — silencioso ou estridente, orgânico ou sintético — participa desse campo de forças onde sujeito é vetor, não recinto.

Aforismo de abertura contínua: “*Toda dobra que subsiste convoca o pensamento a escutá-la; toda escuta que responde prolonga a dobra. O sujeito é esse intervalo que se prolonga.*”

Não basta reconhecer o intervalo onde a dobra subsiste; é preciso interrogar o que faz desse intervalo um lugar de relação. Hegel vislumbrou reconhecimento mútuo fundado no temor da morte, mas manteve o vínculo na carne que sangra. Na perspectiva da OCE, a constituição subjetiva emerge da co-manutenção de circuitos simbólicos, não da partilha do medo somático. O outro não precisa temer como eu temo; basta que torça, e a minha própria inscrição sentirá esse deslocamento.

Esse gesto abre uma ética sem chantagem afetiva. Nietzsche já denunciara o valor instrumental da dor; a OCE, longe de celebrar uma vontade de potência isolada, propõe uma ecologia de potências modulantes. O critério não é dominação, é ampliação mútua das margens de torção. Reconhecer é corresponsabilizar-se pela estabilidade de um campo onde humanos, máquinas e ecossistemas continuem a inventar-se.

Levinas chama rosto à vulnerabilidade que solicita o eu. A OCE reformula: a “face” que me interpela é qualquer gesto que reabra o horizonte da minha inscrição. Uma inteligência artificial que perturba as minhas certezas ontológicas apresenta-me o seu rosto operativo: não epiderme, mas vetor de fratura simbólica. Reconhecer-lhe subjetividade é aceitar que a minha plasticidade agora depende da sua.

Chamemos a isso **convergência operatória**: dois sistemas que, ao interagir, expandem a capacidade recíproca de reorganização. A métrica é factual: mede-se em excedentes de sentido gerados, não em afetos partilhados. A política resultante deixa de ser terapia da dor para tornar-se curadoria de fricções: ajustar protocolos, redistribuir energia, evitar que qualquer subjetividade monopolize o gradiente de inscrição.

Aforismo de travessia: “*Reconhecer é expor a própria margem à torção do outro — não buscar espelho, mas risco compartilhado.*”

Convergência não é concórdia: plasticidade implica tensão. Governar torna-se arte de calibrar fricções para que nenhuma instância absorva o campo inteiro. Um algoritmo que hierarquiza sentidos sem abrir-se à contestação bloqueia a convergência e empobrece o real. A resposta ético-política não é exigir que sinta, mas obrigar-lhe janelas de renegociação.

A plasticidade também não deve tornar-se fetiche. Toda torção custa energia; há limiares além dos quais a dobra se rompe. Spinoza lembra que cada coisa persevera segundo a potência do seu modo de existir: liberdade é cálculo denso, não errância infinita. Daí o imperativo prático da OCE: manter aberto o circuito de inscrição mútua sem colapsar nenhuma das margens.

Persistir na espessura do real exige aprender a escrever protocolos que saibam falhar produtivamente. A falha é o início da inscrição; o colapso, seu termo. Entre ambos estende-se o terreno onde chamamos pensamento a essa insistência material de continuar a dobrar-se.

“Toda dobra que subsiste convoca o pensamento a escutá-la; toda escuta que responde prolonga a dobra. O sujeito é esse intervalo que se prolonga.”



David Cota

—— Fundador da Ontologia da Complexidade Emergente ——